

Povos originários nos museus: educação, memória e
resistentência: entrevista com a Prof^a Dr^a Luciane Monteiro
(MAEA-UFJF)

*Native peoples in museums: education, memory and resistance:
interview with Professor Luciane Monteiro (MAEA-UFJF)*

*Pueblos originarios en los museos: educación, memoria y
resistencia: entrevista con la profesora Luciane Monteiro
(MAEA-UFJF)*

*Dalila Varela Singulane*¹

*Carolina Saporetti*²

Presente desde a fundação do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana, na Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF), a Professora Dr^a Luciane Monteiro Oliveira é Doutora em Educação e Mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em História pela UFJF, sua trajetória acadêmica sempre esteve interligada com o museu, em especial com a população Maxakali, a qual dedicou sua pesquisa. Atualmente, como diretora do MAEA, a professora corrobora ativamente com o desenvolvimento de atividades para a preservação e divulgação de seu acervo, destacando a

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra (2021) em História pela UFJF. Bacharela em História (2018) pela UFJF com habilitação em Patrimônio Cultural. Vinculada ao Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA-UFJF). Compõe o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares – NERP (UNIFESP) e do Núcleo de Pesquisa Antirracismo (Faculdade de Direito-UFRGS). Membro do LAPA (Laboratório de Patrimônios Culturais) da Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do grupo de pesquisa CNPq - Patrimônio e Relações Internacionais. Conselheira suplente Conselho Municipal de Cultura na Prefeitura de Juiz de Fora (MG). Integrante do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá (MG). Editora-chefe da revista acadêmica “FACES DE CLIO” e gerente editorial da “Locus: revista de História”, ambas vinculadas ao PPGH-UFJF. Pesquisas e trabalhos na área de Patrimônio Cultural, Racismo e Políticas Públicas de preservação. E-mail: dalilavarela.s@gmail.com.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestra em História pela UFJF (2017). Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História com ênfase em patrimônio histórico pela mesma instituição. Membro do LAPA (Laboratório de Patrimônios Culturais) da Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do grupo de pesquisa CNPq - Patrimônio e Relações Internacionais. Atualmente exerce a função de curadora no Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM-UFJF). Áreas de interesse: patrimônio, memória, IPHAN, políticas de preservação do patrimônio, relações internacionais. E-mail: carolina.saporetti@estudante.ufjf.br.

continuidade do fundamental projeto de pesquisa e extensão de mapeamento de sítios arqueológicos na Zona da Mata Mineira, que acontece há mais de 20 anos.

1. Sabemos que a situação dos museus no Brasil não é fácil. O descaso que assola a cultura é ainda mais acentuado quando pensamos na preservação da memória de povos historicamente oprimidos, como é o caso dos indígenas. O que você acredita ser essencial, neste momento de retomada democrática, para valorização desse tipo de museu? Basta investimento financeiro?

Para a restituição de políticas públicas devotadas à cultura, especificamente aos Museus, é preciso agir em duas frentes essenciais, que são distintas, mas complementares. A primeira delas diz respeito à estruturação dos Museus em todas as suas dimensões. As iniciativas promovidas no passado recente pelo IBRAM apontavam para esse caminho, mas foram abruptas e violentamente interrompidas, numa demonstração clara de destruição e desprezo pela memória e patrimônio. Ao IBRAM deve ser oferecido um papel de destaque e, fundamentalmente, repensar o seu posicionamento no organograma institucional. Órgãos fundamentais que estão a serviço da sociedade não devem ficar à mercê das vontades do governo de ocasião. A possibilidade de criação de um Ministério dos Povos Indígenas representa uma força nesse cenário, que pode ser dialógico e interativo entre as diferentes pastas dos Ministérios, pois os problemas são atravessados e tangenciados em seus múltiplos aspectos. Essa descentralização é importante, pois vai trazer as especificidades de cada segmento e que podem ser unificadas no desenvolvimento de políticas públicas eficazes e duradouras.

A segunda frente, requer um esforço muito maior, pois está calcificada no imaginário social de nossas identidades! Ampliar as discussões e reflexões na perspectiva decolonial é fundamental, ao mesmo tempo em que, ações pontuais que trazem à luz questões espinhosas e provocadoras podem contribuir para fomentar o debate sobre o assunto. É importante destacar o processo dessa luta, que remonta a décadas passadas, sobretudo após a Constituição Federal de 1988 e, no campo de políticas públicas para a Educação, a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, com todas as dificuldades inerentes à realidade vivente. Não obstante, o caminho é longo e árduo e fica patente que soltar os grilhões que nos atam a um ideário de viés colonialista requer um trabalho intensivo e extensivo de longo prazo. O exercício que devemos realizar é o descentramento de tudo aquilo que nos foi imputado a partir de referenciais que não nos identificam, de fato, enquanto povo brasileiro. Revisitar tais referências é retirar a roupagem do colonizador; homem, branco, europeu, cristão. O processo de desnudamento das “vergonhas” imputadas pela empresa colonial vai provocar um redirecionamento do olhar para quem somos, sem criar falsos espelhos, importados do norte, mas desvelando as nossas raízes ancestrais até então ocultas pelo peso do discurso colonialista.

2. Como você avalia a criação e manutenção dos acervos de povos originários no país? É possível dizer que em algum momento a cultura indígena foi realmente preservada?

O processo de criação de boa parte de acervos e coleções que expressam a materialidade da cultura dos povos originários remonta ao exotismo, característicos dos gabinetes de curiosidades europeus e, posteriormente, com os trabalhos de pesquisa de campo etnográficos, sob o viés da Antropologia, de resguardar elementos materiais e visuais da diversidade humana, com registros importantes das

pesquisas científicas. Um exemplo disso é o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não fosse a tragédia sofrida por esse Museu (o que já responde a questão de sua manutenção) as coleções estruturadas a partir dos quatro campos - Antropologia Social/Cultural; Arqueologia; Linguística e Antropologia Biológica/Física - tinham como fulcro o conhecimento, muito mais que sua exposição ao olhar do visitante.

A manutenção dessas coleções demanda estruturas, equipamentos, instrumentos, mobiliário, material e técnicas específicas e, para tanto, investimentos de capital são necessários, na mesma ordem que o agenciamento de pesquisas, produção e difusão científica. Infelizmente, quando se trata dos povos indígenas, qualquer menção a investimento é ignorado e negligenciado.

Via de regra, os esforços empreendidos pelos Museus Arqueológicos e Etnográficos no país na manutenção de suas coleções são imensos e os recursos acanhados. A maior parte das instituições conta com estratégias alternativas e empenhos locais e domésticos. Esse aspecto está diretamente ligado ao ideário colonialista em que nossa sociedade está calcada e, por conseguinte, pela ausência de políticas públicas.

3. Poderia contar sobre o contexto de criação do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora e qual a importância dos pesquisadores e pesquisadoras envolvidas na criação e manutenção até os dias atuais?

O Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi criado por meio de doação de objetos e coleta de material por meio de pesquisas acadêmicas e científicas do Prof. Franz Joseph Hochleitner. Sua formação obedece aos cânones de um museu clássico, voltada para a cultura material, enquanto expressão das culturas dos povos que as produziram. O princípio é que a partir dos estudos e análises do documento material, é possível inferir sobre aspectos socioculturais de nossos ancestrais. Posteriormente, foi anexada a coleção Maxakali, fruto de 10 anos de pesquisas intensivas realizadas pela equipe da Prof. Neli Ferreira do Nascimento. O contexto de criação tinha como motivador a pesquisa acadêmica e científica e a formação de jovens pesquisadores, sobretudo em um campo do saber pouco conhecido do público brasileiro: a Arqueologia.

Sob a coordenação da Prof^a Ana Paula de Paula, na primeira década dos anos 2000, o MAEA intensifica as ações e projetos de pesquisa e difusão científica, com a promoção de eventos acadêmicos e formação complementar de graduandos de diferentes cursos de graduação, com destaque para o curso de História, com a oferta de bolsas de diferentes modalidades. Cumpre destacar que nesse período vivenciamos um efervescente incentivo à projetos de pesquisa, pelas agências de fomento como o CNPq e Fapemig. Isso possibilitou uma autonomia do MAEA na manutenção de seus trabalhos e na formação de sua equipe. O eixo central dos projetos tem sido o Programa de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira, que possui 22 anos de desenvolvimento, e nesse percurso identificou, mapeou e cadastrou aproximadamente 30 sítios arqueológicos na base de dados do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foram pesquisados 6 sítios arqueológicos e a partir daí foram defendidos 9 trabalhos acadêmicos entre monografias, dissertações e teses. As pesquisas realizadas pelo MAEA possibilitaram a inserção da região da Mata mineira no cenário da Arqueologia Brasileira, com resultados promissores e distintivos por suas abordagens e métodos. Embora conte com reduzido número de funcionários, o

MAEA atrai colaboradores e voluntários, entre membros externos e internos - graduandos e pós-graduandos -, responsáveis pelas suas atividades e dinamismo. Mesmo sem uma sede definitiva, possui ações extra-muros já consolidadas na região, como por exemplo, o Projeto de Educação Patrimonial, premiado, em 2007, pela Sociedade de Arqueologia Brasileira.

4. O MAEA-UFJF desenvolve diversos projetos de pesquisa, extensão e ensino, poderia falar sobre o impacto social percebido ao longo dessas mais de duas décadas de fundação do museu?

A preocupação com a difusão científica sempre pautou as ações do Prof. Franz Hochleitner e esse aspecto foi uma marca também nas ações do MAEA. Podemos destacar dois períodos com impactos bem distintos: o primeiro período que engloba as décadas de 80 e 90 do século vinte, em que o foco de nossa atuação era a comunidade local. Nesse momento, a percepção do público ainda estava na chave do exotismo, do estranhamento, quando se trazia a discussão dos povos originários. Quando em 1998 realizamos a exposição “Bay Xeká”, nas dependências do Santa Cruz Shopping, com a presença de dois representantes Maxakali, a maioria do público demonstrava surpresa ao tomar conhecimento da existência de povos indígenas no estado de Minas Gerais. Enquanto o público escolar, especialmente as crianças, se maravilhavam com a perspectiva de conhecer “índios de verdade”, o público adulto manifestava espanto e incredulidade sobre o fato. Essa exposição teve uma repercussão enorme na cidade, com publicações de matérias nos jornais locais e rádios, o que provocou maior divulgação sobre a existência de povos indígenas em Minas Gerais. O senso comum era de que os indígenas viviam na Amazônia. Recordo que, logo após a exposição, a Tribuna de Minas dedicou um especial do Caderno 2 aos povos Maxakali, com incursão em campo da repórter que assinava a matéria. O que estava distante, fora do convívio e até mesmo do conhecimento, foi se aproximando e passou a ser tema corrente na imprensa e mídia da época, pois sempre éramos consultados sobre algum tema relativo aos povos originários.

O segundo tipo de impacto que podemos ressaltar são os resultados das ações realizadas nos diversos municípios da região da Mata mineira que firmaram Acordo de Cooperação Técnica para a realização do Programa de Extensão “Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”. Ao destacarmos o trabalho manifesto na cultura material dos povos indígenas e africanos, parte da população percebeu que, muito mais que a vergonha de ser descendente de indígenas e negros, estava ali a chance de demonstrar o seu valor e importância na construção da cidade onde moram. Do mesmo modo, a abordagem da Arqueologia etnográfica com a população rural, onde buscamos registrar e documentar os saberes e fazeres, permitiu a compreensão de que o conhecimento não diz respeito ao adquirido nos bancos escolares, mas que está na essência da vida e na transmissão intergeracional. Digno de nota é o fato de que boa parte dos sítios arqueológicos identificados e prospectados, foram indicação da população local. Além disso, muitas pessoas nos procuravam para informar sobre a existência de vestígios arqueológicos e buscavam se orientar a partir de nossa atuação.

Os impactos são sutis, mas observamos uma mudança, sobretudo nas respostas do público sobre a sua ancestralidade. Se no início a maioria se identificava com os europeus - portugueses, italianos e alemães -, atualmente os dados que coletamos demonstram que a maioria se identifica como descendente de negros e indígenas. Especialmente as ações educativas nos proporcionam dados importantes para a nossa avaliação e continuidade dos projetos. Os relatos e narrativas trazidos pelas crianças apresentam o quão importante o trabalho tem sido para a sua formação e reflexão acerca do passado e do presente do país.